



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Assembleia Geral 3 de julho de 2018, Nantes

Aurelio Bilbao, Presidente do CC Sul deu início à reunião e agradeceu os membros bem como Pascale Colson (Representante da Comissão) e a Região do *Pays de la Loire* pela sua receção.

Foi observado um minuto de silêncio em memória de Victor Badiola, antigo Presidente do CC Sul.

Claire Hugues, Conselheira responsável pelos processos relacionados com a Pesca junto do Conselho Regional *Pays de la Loire*, apresentou os seus trabalhos assim como as contribuições e participações da Região relativamente às reflexões sobre a gestão das pescas a todas as escalas.

A ordem do dia foi alterada, de modo a Pascale Colson poder apresentar 4 questões da atualidade comunitária: Propostas da Comissão sobre o FEAMP, Regulamento Controlo, Medidas técnicas e *Policy Statement*. As apresentações estão todas disponíveis no *site* do CC Sul.

O Relatório da reunião anterior da Assembleia Geral foi validado sem quaisquer alterações.

Apresentação do Exercício de 2017-2018.

A Chloé passou rapidamente em revista os pontos-chave do exercício de 2017-2018 e o Revisor de Contas responsável pelo acompanhamento do CC Sul apresentou os resultados.

- Uma redução do subsídio europeu, devido aos baixos custos salariais do CC Sul, no seguimento da saída de Jean-Marie Robert, acarretou uma redução dos réditos.
- O CC Sul dispõe atualmente de um excedente de 61 000 euros - o que o coloca numa situação contabilística saudável.

O Revisor de Contas garantiu que a contabilidade tinha sido efetuada consoante os princípios contabilísticos, sendo o balanço representativo da estrutura financeira do CC.

A Assembleia Geral validou as contas.

Programa de 2018-2019

A Chloé apresentou os objetivos do CC Sul no respeitante ao Exercício 2018-2019, tendo estes sido validados no ComEx de 15 de fevereiro em Paris e agrupados em 5 grandes prioridades: Acompanhamento da Obrigação de Desembarque, Planos de gestão e Regras de exploração, Acompanhamento da Atualidade Comunitária, Melhoramento do Conhecimento e Gestão a Curto Prazo, Apoio à Pesca Artesanal.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Em seguida, a Aurélie apresentou o orçamento para o próximo ano, bem como os novos membros, indicando ainda a saída de alguns deles do CC. Atualmente, o CC Sul conta com 102 membros.

Javier Lopez e Ana Matias detetaram erros (repartição Setor/Sociedade civil) na lista dos membros constante do relatório de atividade.

A Assembleia Geral validou o programa de trabalho bem como o orçamento para 2018-2019.

Policy Statement

Através da sua apresentação, Pascale passou em revista os pontos-chave da *Policy Statement*: Implementação da Obrigação de Desembarque, Possibilidade de pesca, Aspectos ambientais e Governação dos oceanos a nível internacional. O documento faz o ponto da situação relativamente à política comunitária das pescas, lançando uma consulta sobre as possibilidades de pesca para 2019. Aguarda-se um parecer do CC Sul até ao dia 21 de agosto. Pascale Colson insistiu no facto de o CC Sul poder transmitir considerações socioeconómicas.

A *Policy Statement* aponta para resultados positivos na zona de competência do CC Sul: Aumento das unidades populacionais geridas dentro dos limites do Fmsy, SSB em aumento bem como resultados socioeconómicos positivos.

As perguntas dos membros permitiram esclarecer determinados pontos:

- Os aspetos socioeconómicos eram tidos em conta nos anos anteriores, Pascale Colson apenas recorda que este é um ponto importante que os CCs devem comentar.
- Os membros notaram um excesso de regulamentações não justificado face aos bons resultados apresentados. A confiança e o diálogo criados entre os membros dos CCs, permitiria, no futuro - segundo a Representante da Comissão - simplificar a regulamentação.
- Os membros interrogam-se e temem o impacto da Obrigação de Desembarque sobre os aspetos socioeconómicos, mas também sobre o cálculo dos TACs. Os membros reclamam transparência. Pascale Colson reafirmou que a OD não será adiada e que será aplicada à totalidade das frotas.

FEAMP

Pascale Colson apresentou a proposta da Comissão para o FEAMP 2021-2027 como uma evolução e não uma revolução. A proposta quer-se mais breve e mais simples que o anterior FEAMP, com vista a proporcionar uma maior flexibilidade. Os Estados Membros escolherão os projetos elegíveis para ajuda, estabelecendo a CE apenas 4 grandes



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

prioridades e os casos em que não será possível aceder à ajuda (em especial o aumento da capacidade de pesca).

Os membros comunicaram as suas preocupações e propostas, às quais a Representante da Comissão tentou responder:

- Como vai ser efetuada a transição entre ambos os FEAMPs, tendo em conta o atraso já acumulado? Pascale Colson garantiu que se tratava meramente de uma questão de técnica orçamental, que se resolveria facilmente.
- A repartição dos fundos pelos próprios Estados Membros é difícil (Exemplo de Espanha). Segundo Pascale Colson, os Estados Membros podem, desde já, estabelecer uma tabela de repartição entre as regiões, de modo a facilitar a distribuição futura.
- As impossibilidades de financiamento só abrangem o setor das pescas, nomeadamente o não financiamento em caso de projetos que aumentem a capacidade de pesca de um navio - o que, na opinião dos membros - vai contra a procura de eficiência, a proteção do ambiente e a segurança a bordo. Os navios velhos devem ser substituídos.
- Segundo os membros, a definição da pesca artesanal da CE não corresponde à realidade.
- Existe uma diferença de interpretação entre os diferentes representantes das administrações - Francisco Portela Rosa sugeriu que cada funcionário assumindo funções de intermediário com o setor, seguisse uma formação sobre as propostas de textos. Pascale Colson garante que haverá apenas uma só interpretação possível do texto.
- O encerramento temporário da atividade de pesca poderia ser aproveitado para implementar formações.
- A burocracia e uma visão negativa do setor impedem a boa utilização dos fundos.
- Os membros e a Comissão declararam-se claramente contra a fraude. Contudo, os membros requerem a criação de uma escala das infrações, de maneira a que um "bagatela" não dê origem à mesma sanção que uma falta grave. A Representante da Comissão indicou que, na proposta de texto, os erros deverão ser repetidos, de modo a haver uma sanção.

Foi decidido que este assunto seria tratado aquando dos próximos grupos de trabalho, em outubro de 2018, com vista à redação de um parecer. Os membros podem, desde já e até 5 de outubro, transmitir as suas contribuições ao Secretariado.

A Comissão gostaria de encerrar este assunto antes das novas eleições parlamentares de 2019.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Medidas Técnicas

Pascale Colson recordou que essa proposta de texto de 2016, foi e continua a ser objeto de discordância entre as instituições europeias. Atualmente, o Parlamento Europeu requer a opinião dos Conselhos Consultivos sobre dois pontos: Tamanho das malhas das redes e Indicadores de desempenho da seletividade.

- Malhagens das redes:

Hoje-em-dia, a Comissão propõe uma percentagem máxima de capturas acessórias. Excedido esse limite, a malhagem da rede deve ser aumentada.

- Indicadores de desempenho da seletividade:

A Comissão propõe atualmente que tamanhos ideais de captura sejam definidos por atos delegados. À semelhança do Fmsy, tratar-se-ia de um valor do qual o setor das pescas deveria se aproximar - pois esse indicador representaria uma seletividade ótima.

No entanto, segundo os membros, a questão fundamental não reside nesses pontos: O seu descontentamento é dirigido contra os novos tamanhos de malhagens propostos: Os membros gostariam de manter as mesmas malhagens, tal como já mencionado em 2016. Os membros pedem para a Comissão lhes dar ouvidos. Para além disso, gostariam que essas medidas fossem regionalizadas, não podendo uma determinada medida ser aplicada de igual forma em todas as zonas de pesca.

Foi decidido que o CC Sul transmitiria a sua opinião ao Parlamento, enviando para tal o Parecer 110, o qual já tratava desse assunto.

Regulamento Controlo

A revisão do Regulamento Controlo é acompanhada pela revisão de um determinado número de textos relacionados, com vista a reforçar as regras, melhorar a partilha dos dados e as sinergias entre políticas, e, por fim, estar em conformidade com o Tratado de Lisboa.

A Representante da Comissão apresentou certos pontos-chave: Acompanhamento das pequenas embarcações, Acompanhamento da pesca recreativa, Controlo por CCTV, Declaração das artes de pesca perdidas no mar...

Os membros expressaram a sua incompreensão e consternação face a esta proposta - a qual, a seu ver, não tem, mais uma vez em conta a realidade das pescas e revela falta de confiança para com o setor. A simplificação dos textos parece-lhes ser contrária a uma boa gestão.

Os membros decidiram debater este assunto nos próximos grupos de trabalho, em outubro de 2018.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Foi procedido a um ponto sobre o calendário, pelo que um lembrete será enviado aos membros, a fim de transmitirem atempadamente as suas contribuições acerca de todos os assuntos ao Secretariado. Os próximos grupos de trabalho terão lugar em Cádiz nos dias 30 e 31 de outubro de 2018.

CONCLUSÃO

Contas, programa de trabalho e orçamento foram validados pela Assembleia Geral. Os Membros do CC Sul expressaram bastantes preocupações bem como um certo descontentamento relativamente à renovação dos regulamentos comunitários apresentados durante a reunião.

As propostas da CE referentes ao FEAMP e ao Regulamento Controlo serão debatidas durante os Grupos de Trabalho.

O CC Sul transmitirá um parecer sobre as Medidas Técnicas ao Parlamento Europeu.

O CC Sul transmitirá ainda um parecer sobre a *Policy statement* à CE.